

Gestão democrática da educação

Atuais tendências, novos desafios

Naura Syria Carapeto Ferreira (org.), São Paulo: Cortez, 2008, 6 ed., p. 119. ISBN 978-85-249-0690-9.

Responsável pela resenha:

MARTA LEANDRO DA SILVA*

O livro “Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios”, sob a organização de Naura Syria Carapeto Ferreira, atinge com destaque a sua sexta edição, constituindo-se em um importante referencial de leitura no campo da política e gestão da educação. É resultante da contribuição de seis renomados autores, que abordam com propriedade questões candentes da educação na contemporaneidade, especificamente, os desafios e as atuais tendências do processo de democratização da gestão escolar e das políticas de formação.

O primeiro capítulo versa sobre a autonomia e a flexibilização da gestão escolar em Portugal. João Barroso contempla-nos com o estudo que apresenta a fundamentação de propostas para a implementação de um programa de reforço da autonomia escolar. Neste texto discute o conceito de “territorialização das políticas educativas” situando-o no contexto da crise de governabilidade do sistema de ensino, ocorrida em muitos países europeus, e enquadrada como a teoria do governo sobrecarregado. A territorialização é concebida como “um fenômeno essencialmente político e que implica um conjunto de opções que têm por pano de fundo um conflito de legitimidade entre o Estado e a sociedade, entre o público e o privado, entre o interesse comum e os interesses individuais, entre o central e o local” (p. 14). Nessa perspectiva, é também entendida como processo de apropriação, por uma determinada comunidade, de diversos espaços sociais objetivando: contextualizar e localizar políticas e ação educativas em contraposição à homogeneidade das normas e dos processos; conciliar interesses públicos e privados; redefinir no processo de elaboração e execução das políticas a participação dos atores na perspectiva da lógica de implicação; transpor a relação de autoridade baseada no “controle vertical”, exercido de maneira monopolista e hierárquica pelo Estado, para uma relação contratual, negociada e fundamen-

* Doutora em Política e Gestão Escolar. Professora da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: <marta@faced.ufu.br>

tada no processo de "... desmultiplicação e 'horizontalização' dos controles (centrais e locais)". (p. 16). Com base nesses pressupostos Barroso elabora um programa de reforço da autonomia das escolas portuguesas, entendendo a autonomia como um conceito relacional.

O segundo capítulo aborda as mudanças no mundo do trabalho e os novos desafios para a gestão da educação. Acácia Zeneida Kuenzer contempla-nos com um estudo sobre os impactos da globalização da economia e das novas estratégias da gestão sobre a educação, especificamente, versa sobre os impactos nas políticas educacionais e curriculares. Com base nas pesquisas desenvolvidas na região metropolitana de Curitiba/PR e em alguns parques produtivos direcionados ao ramo eletromecânico busca identificar as correlações/mediações entre as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e as novas demandas para a educação e para gestão das instituições escolares. Argumenta ser possível estabelecer os primeiros delineamentos de uma pedagogia do trabalho que se desenvolve no cerne das novas relações econômico-produtivas e sociais visando à compreensão desta nova pedagogia escolar determinada pelas mudanças no mundo do trabalho. Nessa perspectiva Kuenzer (p. 56) incita-nos à reflexão e à construção de uma "escola comprometida com os trabalhadores e os excluídos", tomando "como referência as positivities presentes nas mudanças que ocorrem no mundo do trabalho" rompendo-se com a racionalidade meramente financeira, a fim de construir um novo projeto pedagógico na perspectiva emancipatória.

O terceiro capítulo aborda os conceitos de participação e da gestão escolar, discutindo suas potencialidades. Os autores Gustavo Luis Gutierrez e Afrânio Catani objetivam apresentar um panorama atual das questões emergentes no campo da gestão democrática, da participação e da autogestão. Nesse texto, primeiramente focalizam a questão conceitual apresentando-nos uma descrição aprofundada sobre as alternativas organizacionais participativas nos diferentes contextos. Em seguida apresentam reflexões sobre a gestão participativa das universidades públicas paulistas (USP, Unesp e Unicamp), mencionando suas especificidades e as correlações entre as formas de participação e a democratização do ambiente escolar. Gutierrez e Catani (p. 74) destacam que a gestão dessas universidades revela um processo de adoção de instrumentos de consulta aos diversos segmentos e sujeitos escolares, bem como ilustra os entraves e conflitos ocorridos no anseio de vivenciar uma prática autogestionária.

O quarto capítulo versa sobre as políticas e gestão da educação no Brasil focalizando o processo de escolha de dirigentes escolares. Luiz Fernandes Dourado concebe as políticas educacionais como expressão dos embates travados no âmbito do Estado e dos seus desdobramentos. Embates esses situados no contexto das mudanças tecnológicas e no reordenamento das relações sociais sob a égide ideológica da globalização da economia (p.78). Neste artigo o autor apresenta-nos um mapeamento das modalidades de escolha de dirigentes escolares no Brasil, destacando-se a rele-

vância da eleição direta. Diante dos embates e perspectivas das diversas formas de provimento objetiva situar elementos para a rediscussão das políticas educacionais, bem como estabelecer as correlações entre as políticas e a democratização da gestão escolar. Dourado (p. 79) concebe a gestão democrática como:

Processo de aprendizado e de luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativa, mas vislumbra, nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de canais de efetiva participação e de aprendizado do “jogo” democrático e, conseqüentemente, do repensar das estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais e, no seio dessas, as práticas educativas.

Nas suas considerações argumenta que o tipo e a definição das modalidades de acesso ao cargo de dirigente escolar devem resultar das definições e orientações contidas no projeto político-pedagógico, bem como nos embates travados no âmbito das relações sociais e políticas. Explicita ainda que a forma de provimento ao cargo de dirigente escolar pode não definir o tipo de gestão, mas necessariamente interfere no seu curso.

O quinto capítulo contempla com uma vigorosa análise sobre a gestão escolar e os desafios das políticas de formação dos profissionais da educação na contemporaneidade. Naura Syria Carapeto Ferreira, autora desse capítulo e organizadora da coletânea, incita-nos a refletir sobre a complexidade dos “nexos entre a administração da educação e as políticas de formação dos profissionais de educação” no contexto de transformações que vêm ocorrendo no mundo. A autora reflete sobre as questões fundamentais contemporâneas (imagens desestabilizadoras) que se constituem em desafios no processo de elaboração e implementação das políticas públicas, em especial, das políticas educacionais, e para a gestão escolar e formação de profissionais da educação. Ressalta a importância da “direção” construída e legitimada na participação e no exercício da democracia. Ao delinear o cenário atual Ferreira reporta-se às reflexões de Einstein, à análise da Schaff sobre a nova Revolução Industrial; e à proposta emancipatória e solidária de Boaventura S. Santos. Nessa perspectiva, afirma que a formação de profissionais “exige sólida formação humana e que esta relaciona-se diretamente com a sua emancipação como indivíduo social, sujeito histórico em nossa sociedade.” (p. 110).

Em síntese, podemos afirmar que esta coletânea é expressão da sólida fundamentação teórico-metodológica das pesquisas a que se reportam, e também do efetivo trabalho coletivo a que se destinaram seus autores. Dessa forma alcança com grande destaque o seu maior objetivo: estimular à reflexão e à problematização de questões candentes da educação contemporânea, especificamente das políticas educacionais, da formação de profissionais e da democratização da gestão escolar oferecendo subsídios teóricos para análises aprofundadas e necessárias intervenções na realidade educacional brasileira.